



PETIÇÃO Nº 531/XII/14^A

FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Exma. Senhora

Nossa Referência: FP- 118/2015

Presidente da Assembleia da República

Data: 18/06/2015

Palácio de S. Bento

1249-068 LISBOA

Assunto: Envio de Petição “EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE” – Região do Alentejo

Senhora Presidente,

*Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R.*

Junto enviamos as assinaturas recolhidas para esta petição nos distritos que integram a região do Alentejo: distritos de Portalegre, Évora e Beja. São 7.323 assinaturas, no conjunto das recolhidas em suporte de papel (4.291) e as recolhidas online (3.031).

Fica a FENPROF a aguardar que, nos termos regimentais, esta petição siga os trâmites estabelecidos.

Com os mais respeitosos cumprimentos

| |
|---------------------------------------|
| Assembleia da República Presidente |
| N.º 52775 |
| 15.01 |
| Data 18.06.2015 |

Secretariado Nacional
Mário Nogueira
Mário Nogueira
Secretário-Geral

PETIÇÃO

**Moralizar a utilização de dinheiros públicos.
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.**

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

De acordo com a lei, "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1, art.º 37.º, Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo) e, na nossa Constituição da República, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (art.º 75.º).

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que não é compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas, como forma de transformar a Educação em negócio.

Não estando em causa a liberdade da iniciativa privada na Educação, é condenável que esta, visando o lucro para os seus proprietários, ocorra à custa dos impostos pagos por todos os portugueses e da degradação da escola pública.

CONSIDERANDO:

1. O facto de existir uma rede de escolas públicas apetrechadas de recursos materiais e humanos, que garantem um ensino de qualidade universal, gratuito e inclusivo, dando resposta às necessidades locais;
2. A inexistência de qualquer medida por parte do governo para pôr fim aos injustificáveis apoios aos colégios privados, aumentando a despesa, enquanto fomenta um progressivo, lento e mortífero empobrecimento da escola pública;
3. Que as escolas públicas passam por muitas dificuldades devido ao seu subfinanciamento (alunos sem transportes escolares; alunos com necessidades educativas especiais que não têm apoios; equipamentos desportivos, laboratórios, espaços de convívio e mesmo salas de aulas ou edifícios que se degradam; escolas públicas que poderão estar impedidas de pagar despesas de manutenção como o pagamento de despesas de água e electricidade, gás ou aquecimento de salas de aula, pondo em causa o necessário conforto da oferta pública de ensino), enquanto o governo português se prepara para uma experiência piloto de aplicação do cheque ensino que custará 19,6 milhões de euros ao Estado;
4. A necessidade de pôr cobro a um conjunto de irregularidades, ilegalidades e implicações de ordem social que resultam da manutenção de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado;
5. A defesa pelo governo e pela maioria parlamentar que o suporta de uma lógica mercantilista, resultante de uma agenda neoliberal, que se sobrepõe às necessárias preocupações sociais e educativas quanto à oferta de uma Educação de qualidade, inclusiva e universal;
6. A recente aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que desvaloriza ainda mais a escola pública e do papel do Estado na sua promoção, ao mesmo tempo que se assume como instrumento de favorecimento do ensino privado e orientado para promover a privatização do sistema público de ensino;

Os signatários reclamam:

• O fim de medidas de política educativa que se destinam a aumentar o financiamento das instituições privadas e a agravar a despesa do Estado e que levam ao desperdício de recursos humanos altamente qualificados e de condições físicas, materiais e de horário adequadas a uma resposta que se quer de qualidade e que o Estado pode e deve garantir na sua rede de estabelecimentos de ensino público;

- O fim progressivo dos contratos de associação com escolas privadas, sempre que existir, na área da sua implantação, oferta pública que garanta o acesso ao sistema de ensino a todas as crianças e jovens;
- A avaliação pela Assembleia da República das iniciativas tomadas pelos governos e pela administração educativa regional na promoção do ensino privado, em detrimento da escola pública, e a divulgação pública dos resultados dessa avaliação;
- A responsabilização civil e criminal de quem, politicamente, criou e alimentou esta situação gravíssima que atenta contra a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o quadro legal vigente nas últimas três décadas, para além de constituir uma efectiva delapidação do erário público;
- A responsabilização civil e criminal de proprietários e direcções de colégios por eventuais crimes cometidos contra o Estado e os portugueses, obrigando os mesmos a indemnizar o Estado pela utilização indevida ou apropriação de dinheiros públicos para outros fins, que não os da Educação.

No caso do distrito de Évora, os signatários salientam, ainda,

Muitas dificuldades sentidas nas escolas públicas decorrem da cada vez mais grave insuficiência de recursos humanos que permitam constituir verdadeiras equipas multidisciplinares (pessoal docente e não docente). Os signatários defendem a urgente resolução desta situação, tão necessária para que exista uma efetiva igualdade de oportunidades e condições de ensino e aprendizagem de qualidade, mas também de funcionamento e de segurança, quer dos alunos, quer dos estabelecimentos de ensino por eles frequentados.

Os alunos com Necessidades Educativas Especiais em cada vez mais e maior número por turma, têm vindo a perder as respostas específicas e especializadas de que necessitam, não só de acompanhamento por assistentes operacionais, como também ao nível de terapias e da intervenção ao nível da educação especial. Tendo diminuído bastante o número destes profissionais e aumentando o número de alunos por docente de educação especial, diminuíram consequentemente as horas de apoio semanais atribuídas a cada aluno. Existem ainda situações de alunos com autismo, multideficiência, surdos, de entre outras, que se deslocam diariamente dezenas de quilómetros, para as escolas de referência e unidades de multideficiência, passando alguns deles, mais de 12 horas fora do seu local de residência.

Por estas e outras razões, salienta-se ainda que estes alunos são votados, cada vez mais, ao insucesso e discriminação social e escolar.

| Nome legível | BI/CC | Localidade |
|--------------|-------|------------|
| | | |

Devolver, até 5 de Abril, para: Em Defesa da Escola Pública, Av. Condes Vilalva, 257, 7000-744 Évora

**Moralizar a utilização de dinheiros públicos.
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.**

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

De acordo com a lei. "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1, art.º 37.º, Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo) e, na nossa Constituição da República, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (art.º 75.º).

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que não é compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas como forma de transformar a Educação em negócio.

Não estando em causa a liberdade da iniciativa privada na Educação, é condenável que esta, visando o lucro para os seus proprietários, ocorra à custa dos impostos pagos por todos os portugueses e da degradação da escola pública.

CONSIDERANDO:

1. O facto de existir uma rede de escolas públicas apetrechadas de recursos materiais e humanos, que garantem um ensino de qualidade universal, gratuito e inclusivo, dando resposta às necessidades locais;
2. A inexistência de qualquer medida por parte do governo para pôr fim aos injustificáveis apoios aos colégios privados, aumentando a despesa, enquanto fomenta um progressivo, lento e mortífero empobrecimento da escola pública;
3. Que as escolas públicas passam por muitas dificuldades devido ao seu subfinanciamento (alunos sem transportes escolares; alunos com necessidades educativas especiais que não têm apoios; equipamentos desportivos, laboratórios, espaços de convívio e mesmo salas de aulas ou edifícios que se degradam; escolas públicas que poderão estar impedidas de pagar despesas de manutenção como o pagamento de despesas de água e electricidade, gás ou aquecimento de salas de aula, pondo em causa o necessário conforto da oferta pública de ensino), enquanto o governo português se prepara para uma experiência piloto de aplicação do cheque ensino que custará 19,6 milhões de euros ao Estado;
4. A necessidade de pôr cobro a um conjunto de irregularidades, ilegalidades e implicações de ordem social que resultam da manutenção de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado;
5. A defesa pelo governo e pela maioria parlamentar que o suporta de uma lógica mercantilista, resultante de uma agenda neoliberal, que se sobrepõe às necessárias preocupações sociais e educativas quanto à oferta de uma Educação de qualidade, inclusiva e universal;
6. A recente aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que desvaloriza ainda mais a escola pública e do papel do Estado na sua promoção, ao mesmo tempo que se assume como instrumento de favorecimento do ensino privado e orientado para promover a privatização do sistema público de ensino,

Os signatários reclamam:

- O fim de medidas de política educativa que se destinam a aumentar o financiamento das instituições privadas e a agravar a despesa do Estado e que levam ao desperdício de recursos humanos altamente qualificados e de condições físicas, materiais e de horário adequadas a uma resposta que se quer de qualidade e que o Estado pode e deve garantir na sua rede de estabelecimentos de ensino público;

- O fim progressivo dos contratos de associação com escolas privadas, sempre que existir, na área da sua implantação, oferta pública que garanta o acesso ao sistema de ensino a todas as crianças e jovens;
- A avaliação pela Assembleia da República das iniciativas tomadas pelos governos e pela administração educativa regional na promoção do ensino privado, em detrimento da escola pública, e a divulgação pública dos resultados dessa avaliação;
- A responsabilização civil e criminal de quem, politicamente, criou e alimentou esta situação gravíssima que atenta contra a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o quadro legal vigente nas últimas três décadas, para além de constituir uma efectiva delapidação do erário público;
- A responsabilização civil e criminal de proprietários e direcções de colégios por eventuais crimes cometidos contra o Estado e os portugueses, obrigando os mesmos a indemnizar o Estado pela utilização indevida ou apropriação de dinheiros públicos para outros fins, que não os da Educação.

No caso do distrito de Beja, os signatários salientam, ainda,

O desmantelamento de serviços públicos essenciais tem contribuído para significativas alterações demográficas no Baixo Alentejo (migração, desertificação e envelhecimento), transformando radicalmente o panorama dos concelhos do interior.

O desinvestimento na Escola Pública tem vindo acentuar, ainda mais, as clivagens entre regiões metropolitanas, altamente povoadas, e as "zonas periféricas" como é o caso do distrito de Beja, potenciando as desigualdades sociais e culturais. A reestruturação da rede escolar, definida sob critérios economicistas, esvaziou as aldeias de crianças concentrando-as em escolas situadas nas sedes de concelho. Esta reestruturação não tem sido acompanhada do necessário aumento dos recursos financeiros, materiais e humanos, traduzindo-se, entre outros aspetos, na negação de condições objetivas para o acesso e frequência das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais ao ensino em condições de igualdade.

A desvalorização do Instituto Politécnico de Beja (corte de 4 milhões no seu financiamento, oferta formativa mais limitada e a conseqüente redução do número de alunos) inviabiliza a sua função enquanto motor de desenvolvimento regional em prol da desejada coesão territorial, social, económica e ambiental.

Os signatários defendem que o Baixo Alentejo não seja destituído dos serviços essenciais para podermos continuar a viver e trabalhar na nossa região.

| Nome legível | BI/CC | Localidade |
|--------------|-------|------------|
|--------------|-------|------------|

**Moralizar a utilização de dinheiros públicos.
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.**

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

De acordo com a lei, "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1, art.º 37.º, Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo) e, na nossa Constituição da República, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (art.º 75.º).

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que não é compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas como forma de transformar a Educação em negócio.

Não estando em causa a liberdade da iniciativa privada na Educação, é condenável que esta, visando o lucro para os seus proprietários, ocorra à custa dos impostos pagos por todos os portugueses e da degradação da escola pública.

CONSIDERANDO:

1. O facto de existir uma rede de escolas públicas apetrechadas de recursos materiais e humanos, que garantem um ensino de qualidade universal, gratuito e inclusivo, dando resposta às necessidades locais;
2. A inexistência de qualquer medida por parte do governo para pôr fim aos injustificáveis apoios aos colégios privados, aumentando a despesa, enquanto fomenta um progressivo, lento e mortífero empobrecimento da escola pública;
3. Que as escolas públicas passam por muitas dificuldades devido ao seu subfinanciamento (alunos sem transportes escolares; alunos com necessidades educativas especiais que não têm apoios; equipamentos desportivos, laboratórios, espaços de convívio e mesmo salas de aulas ou edifícios que se degradam; escolas públicas que poderão estar impedidas de pagar despesas de manutenção como o pagamento de despesas de água e electricidade, gás ou aquecimento de salas de aula, pondo em causa o necessário conforto da oferta pública de ensino), enquanto o governo português se prepara para uma experiência piloto de aplicação do cheque ensino que custará 19,6 milhões de euros ao Estado;
4. A necessidade de pôr cobro a um conjunto de irregularidades, ilegalidades e implicações de ordem social que resultam da manutenção de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado;
5. A defesa pelo governo e pela maioria parlamentar que o suporta de uma lógica mercantilista, resultante de uma agenda neoliberal, que se sobrepõe às necessárias preocupações sociais e educativas quanto à oferta de uma Educação de qualidade, inclusiva e universal;
6. A recente aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que desvaloriza ainda mais a escola pública e do papel do Estado na sua promoção, ao mesmo tempo que se assume como instrumento de favorecimento do ensino privado e orientado para promover a privatização do sistema público de ensino;

Os signatários reclamam:

- O fim de medidas de política educativa que se destinam a aumentar o financiamento das instituições privadas e a agravar a despesa do Estado e que levam ao desperdício de recursos humanos altamente qualificados e de condições físicas, materiais e de horário adequadas a uma resposta que se quer de qualidade e que o Estado pode e deve garantir na sua rede de estabelecimentos de ensino público;

- O fim progressivo dos contratos de associação com escolas privadas, sempre que existir, na área da sua implantação, oferta pública que garanta o acesso ao sistema de ensino a todas as crianças e jovens;
- A avaliação pela Assembleia da República das iniciativas tomadas pelos governos e pela administração educativa regional na promoção do ensino privado, em detrimento da escola pública, e a divulgação pública dos resultados dessa avaliação;
- A responsabilização civil e criminal de quem, politicamente, criou e alimentou esta situação gravíssima que atenta contra a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o quadro legal vigente nas últimas três décadas, para além de constituir uma efectiva delapidação do erário público;
- A responsabilização civil e criminal de proprietários e direcções de colégios por eventuais crimes cometidos contra o Estado e os portugueses, obrigando os mesmos a indemnizar o Estado pela utilização indevida ou apropriação de dinheiros públicos para outros fins, que não os da Educação.

No caso do distrito de Portalegre, os signatários salientam, ainda,

Os últimos anos têm-se caracterizado pelo intensificar das políticas que visam o encerramento de serviços públicos fundamentais ao nosso viver colectivo no distrito de Portalegre.

Encerraram inúmeras escolas e constituíram-se mega-agrupamentos, aumentou-se o número de alunos por turma e despediram-se professores e outros trabalhadores. Afastaram-se crianças do seu meio familiar, tendo por base apenas objectivos economicistas contribuindo assim, para o despovoamento do território. Os alunos com Necessidades Educativas Especiais em cada vez maior número por turma, têm vindo a perder as respostas específicas e especializadas de que necessitam.

Preparam-se agora para encerrarem os serviços de correios, os tribunais, as repartições de finanças em praticamente todo o distrito e persistem no estrangulamento financeiro do Ensino Superior apesar da importância que o Instituto Politécnico de Portalegre tem tido na dinamização económica, social e cultural da região.

O desemprego atinge hoje, também no distrito, números de uma dimensão quase catastrófica.

A taxa de desemprego é hoje superior a 17%, estando desempregados mais de 11 mil trabalhadores e trabalhadoras que na sua maioria não recebem quaisquer apoios.

Os signatários defendem que o Norte Alentejano não seja “despido” dos serviços essenciais para podermos continuar a viver e trabalhar na nossa região.

| Nome legível | BI/CC | Localidade |
|--------------|-------|------------|
|--------------|-------|------------|

